

# ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ano 24

Nº 60

Janeiro/Setembro/2013

---

---

## CONTEÚDO

### **Nem “pibão”, nem “pibinho”: a possível recuperação do PIB de 2013**

*Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski e Eduarda Coelho Zampiron* 1

### **O Banco BRICS: rumo a uma nova arquitetura financeira global**

*Felipe Amin Filomeno, Guilherme Costa Neves e Kalina Renno* 5

### **A Questão Indígena: marcha e contra-marcha**

*Francisco Gelinki Neto* 8

# Nem “pibão”, nem “pibinho”: a possível recuperação do PIB de 2013<sup>1</sup>

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski<sup>2</sup>  
Eduarda Coelho Zampiron<sup>3</sup>

A divulgação das Contas Nacionais do segundo trimestre de 2013 trouxe alento à equipe econômica do Governo Dilma. O clima de expectativas negativas foi quebrado com o anúncio de crescimento de 1,5%, em relação ao trimestre anterior, e de 3,3% em relação ao mesmo trimestre de 2012. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, assegurou que “O pior já passou, o fundo do poço foi superado” e deu a entender que essa situação faz parte de um movimento de recuperação da economia mundial.

Para além da conjuntura global, o entusiasmo com o desempenho da economia brasileira justifica-se pela melhora que o PIB trimestral vem apresentando nos últimos três anos. Entretanto, se por um lado é o melhor resultado trimestral desde o primeiro semestre de 2010 (Gráfico 1), por outro lado, ainda é cedo para comemorar quando se observa o comportamento errático do PIB nos últimos anos (Gráfico 2).

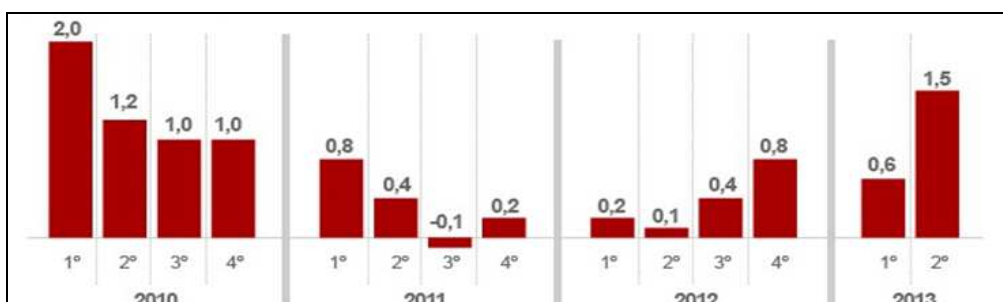


Gráfico 1. Variação do PIB brasileiro (% por trimestre) 2010-1 a 2013-2.

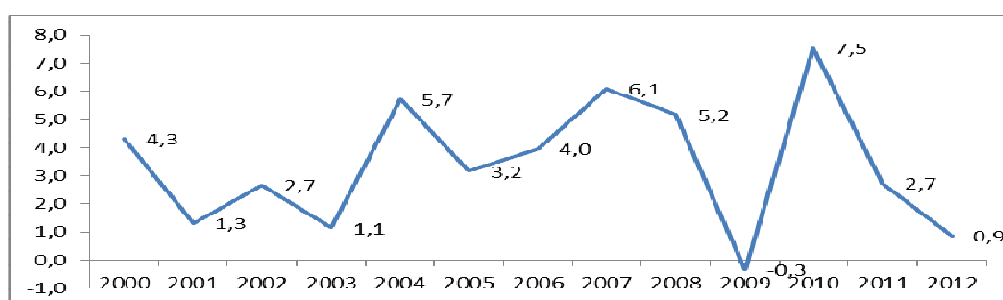


Gráfico 2. Evolução do PIB anual (2000-2012)

De modo desagregado, os dados do PIB do segundo trimestre de 2013 revelam que pelo *lado da oferta* o destaque foi a agricultura, com taxa de crescimento de 3,9%, seguida pela indústria (2,0%) e pelos serviços (0,8%). O dinamismo da

<sup>1</sup> Elaborado com informações disponíveis até 09 de setembro de 2013.

<sup>2</sup> Professora de Contabilidade Social do Curso de Economia/UFSC. [carmeng@cse.ufsc.br](mailto:carmeng@cse.ufsc.br)

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Economia/UFSC. [eduarda.zampiron@hotmail.com](mailto:eduarda.zampiron@hotmail.com)

agropecuária é mais patente quando comparado com o PIB do mesmo trimestre de 2012: 13%. Percentual significativo ante os 2,8% da indústria ou os 2,4% dos serviços. A notoriedade da agricultura pode ser explicada pelo desempenho de alguns produtos da lavoura que possuem safra relevante no segundo trimestre e apresentaram crescimento nas estimativas de produção anual e da produtividade, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE - julho 2013), divulgado no mês de agosto. É o caso de produtos como a soja (23,7%) que teve safra recorde este ano, ultrapassando a de 2012. Já pelo *lado da demanda* o destaque ficou por conta da formação bruta de capital fixo (3,6%), do esfriamento do consumo das famílias e da inversão de comportamento das exportações e importações de bens e serviços não fatores (Tabela 1).

Tabela 1. Principais indicadores do PIB pelo lado da Oferta e pelo lado da demanda (2º trimestre 2012 a 2º trimestre de 2013).

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	PIB	LADO DA OFERTA			LADO DA DEMANDA				
		AGROP	IND	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV	EXP. B&Snf	IMP. B&Snf
2º TRI 2013 / 1º TRI 2013	<b>1,5</b>	3,9	2,0	0,8	3,6	0,3	0,5	6,9	0,6
2º TRI 2013 / 2º TRI 2012	<b>3,3</b>	13,0	2,8	2,4	9,0	2,3	1,0	6,3	7,9
Acum. em 4 tri / 4 tri imediatamente anteriores	<b>2,6</b>	7,4	,01	1,9	0,2	2,9	2,2	-0,1	2,1

Fonte: IBGE, 2013.

Em relação ao trimestre anterior, as exportações mudaram de uma taxa negativa de crescimento de 6,9% para uma taxa positiva de 6,9%. Já as importações, que cresceram no trimestre anterior a uma taxa de 5,7%, neste trimestre apresentam uma variação de apenas 0,6%. Isso em certa forma era esperado pela desvalorização que a taxa de câmbio vem apresentando desde março deste ano. Por sua vez, o consumo das famílias segue a tendência de retração observada desde o primeiro trimestre de 2012. Tendência essa que deve se acentuar pelo possível esgotamento da política de financiamento do consumo das famílias, da elevação dos níveis de inadimplência e pelo impacto que a desvalorização tem sobre o consumo das famílias<sup>4</sup>.

O comportamento positivo do PIB no segundo trimestre de 2013 surpreendeu tanto o mercado (leia-se setor financeiro) quanto à própria equipe econômica, esta última escaldada nos três anos anteriores por fazer previsões que mais tarde não se concretizaram. Vale a pena recordar que, após a crise global de 2008, o PIB do ano 2009 teve uma taxa negativa de crescimento de 0,3 - base reprimida que explicaria o

<sup>4</sup> Caldas (2013) destaca o impacto gradual que a desvalorização tem sobre itens de consumo das famílias. Há um impacto imediato no segmento do turismo (viagens, hotéis, etc.). No setor de alimentos os efeitos são sentidos em algumas semanas. Em trinta dias há efeitos sobre produtos de limpeza que utilizam insumos importados. Entre trinta e sessenta dias é o tempo que leva para que o consumidor sinta o reflexo da variação nos custos dos insumos dos eletrodomésticos e, em seis meses, as roupas tendem a ficar mais caras.

significativo crescimento do ano seguinte. Em março de 2011, quando o IBGE divulgou a taxa de crescimento de 7,5% do PIB de 2010, a presidente Dilma afirmou estarmos diante de um “pibão” e o ministro Mantega identificava nesse indicador como o padrão de crescimento chinês<sup>5</sup>. Na ocasião, a previsão da equipe econômica para o PIB de 2011 era 4,5 a 5% (PIBÃO..., 2011), estimativa que trimestre a trimestre foi revisada para baixo e o resultado do ano estacionou numa taxa decepcionante de 2,7%. Em 2012 novas previsões estimavam crescimento do PIB em torno de 3,5 a 4% (BRASIL..., 2012) e o resultado foi ainda mais decepcionante: 0,9% ao ano (Gráfico 2).

Depois dessa escalada de previsões não cumpridas, a cautela parece ter norteado as expectativas para 2013 dos agentes econômicos, a ponto de Francisco Lopes (ex-presidente do Banco Central) afirmar que estaria havendo uma “cultura do pibinho”, retrato do pessimismo reinante entre gestores públicos e economistas que estudam o tema. Tanto Lopes quando Jim O’Neil (criador do termo BRIC<sup>6</sup>), ao participarem do evento econômico no início de setembro em Campos do Jordão, afirmaram que o Brasil tem condições de crescer 4% ao ano, haja vista que o crescimento observado no segundo trimestre de 2013, se anualizado, poderia representar um crescimento da ordem de 6% ao ano (SABOIA, 2013).

O resultado para o segundo trimestre surpreendeu. O número veio acima da expectativa do mercado e é o maior crescimento trimestral do governo Dilma até agora (CALEIRO, 2013). Antes dele, os picos trimestrais mais significativos foram observados em 2011/1 e 2012/4, ambos com 0,8%. No campo das previsões, a alta de 1,5% no PIB do segundo semestre, ante estimativas que não chegavam a 1%, fez o mercado financeiro rever o prognóstico para 2013. Mesmo assim, a equipe econômica mostra cautela nas suas previsões.

Diante desse cenário é possível esperar um crescimento da economia? No último Boletim Focus, publicado pelo Banco Central, os analistas elevaram as projeções de alta do PIB, o que não ocorria há 21 semanas. A aposta para o ano passou de 2,21% para 2,32% (BCB, 2013). Essa faixa de crescimento do PIB não dista da estimada por economistas ligados a instituições financeiras de destaque - entre 2,5 e 3% (ECONOMISTAS..., 2013).

Três aspectos, que podem dar o tom do crescimento ou da desaceleração para o próximo trimestre e o restante do ano, devem merecer a nossa atenção: pelo lado da oferta, verificar se a agricultura conseguirá repetir o desempenho deste primeiro semestre dadas as restrições ao escoamento da produção e as incertezas jurídicas ligadas à desapropriação de terras e/ou a questões ambientais que ameaçam a produção agropecuária. E, pelo lado da demanda, verificar se a formação bruta de capital fixo e as exportações terão condições de amenizar a retração do consumo das famílias.

---

<sup>5</sup> Em termos comparativos, no ano de 2010 a taxa de crescimento do PIB brasileiro (7,5%) ficou em terceiro lugar, atrás da China (10,3%) e da Índia (8,6%).

<sup>6</sup> Brasil, Índia, Rússia e China.

## REFERÊNCIAS

BCB. **Focus** – *Relatório de Mercado*. Banco Central do Brasil, 06 set. 2013.

BRASIL perde o ritmo: 2011 não deixará saudades. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 7 mar. 2012, p.13.

CALDAS, Cadu. Alta do dólar já chega ao consumidor. *Diário Catarinense*, 04 jun. 2013.

CALEIRO, João Pedro. PIB surpreende e cresce 1,5% no 2º trimestre. *Exame*, São Paulo, 30 ago. 2013.

PIBÃO de 7,5%: o voo da economia. *Diário Catarinense*, São Paulo, 4 mar. 2011, p.16-17.

ECONOMISTAS reduzem previsões para o PIB no 3º tri. *Valor Econômico*, São Paulo, 30 de ago. 2013.

IBGE. *Indicadores IBGE – Contas Nacionais Trimestrais Abril / Junho 2013*. Rio de Janeiro, ago. 2013

SABOIA, João. Pessimismo exagerado? *Valor Econômico*, São Paulo, 5 de set. 2013.

# O Banco BRICS: rumo a uma nova arquitetura financeira global<sup>7</sup>

*Felipe Amin Filomeno<sup>8</sup>*  
*Guilherme Costa Neves<sup>9</sup>*  
*Kalina Renno<sup>10</sup>*

Desde 2006, o agrupamento BRICS promove cúpulas de debate sobre sua integração político-econômica e as ações do grupo perante o sistema internacional. Em 2012, na quarta cúpula do bloco, ocorrida em Nova Delhi, foi posta em pauta a criação do Banco BRICS. Na cúpula de 2013, em Durban, o projeto foi tema de alta relevância. Embora ainda não tenha saído do papel, há grandes questionamentos sobre o possível impacto do banco na ordem mundial.

O termo BRICs surgiu em 2001 — antes mesmo dos debates e cúpulas promovidos pelos Estados dos países integrantes — sendo utilizado originalmente pelo economista Jim O’Neill para designar as principais economias emergentes do globo (Brasil, Rússia, Índia e China). Em 2011, com a adesão da África do Sul ao bloco, o número de países cresceu para cinco e a sigla ganhou uma letra “S” maiúscula, dando origem ao atual nome BRICS.

Estes cinco países, segundo dados do FMI, respondem por 21% do PIB mundial e detêm 45% da força de trabalho global (Itamaraty, 2013). Juntos eles ocupam 26% das terras emersas do globo (Itamaraty, 2013). De 2002 a 2012, os valores do comércio intra-BRICS passou de 27 para 282 bilhões de dólares (Itamaraty, 2013). Entre outras semelhanças, nota-se a qualificação dos países BRICS como potências regionais, influenciando sobre a área a que pertencem de maneira contundente, com projetos regionais de integração. A formação do bloco faz com que suas ações ganhem força e pretende viabilizar seus interesses perante os demais atores do sistema internacional.

A criação do Banco BRICS foi sugerida pela delegação indiana na cúpula de 2012, a qual afirmou que a ideia já vinha sendo cogitada há algum tempo. Na ocasião foi elaborado um esboço sobre como funcionaria a instituição. O esboço foi melhorado e trazido novamente à mesa de negociações na cúpula de 2013. Existem previsões de que sua criação ocorra em 2014, com a assinatura do estatuto da instituição na sexta cúpula em Fortaleza.

O banco forneceria financiamentos a projetos de infra-estrutura e desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, principalmente na África. O órgão

---

<sup>7</sup> Este trabalho foi produzido a partir do Observatório de Negociações Internacionais da América Latina (ONIAL), sediado no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC e disponível em <http://www.onial.wordpress.com>. Artigo recebido em final de Junho.

<sup>8</sup> Felipe Amin Filomeno é professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC.

<sup>9</sup> Acadêmico do curso de graduação em Relações Internacionais da UFSC.

<sup>10</sup> Acadêmica do curso de graduação em Relações Internacionais da UFSC.

pretende garantir aos países que hoje se encontram à margem do desenvolvimento econômico e social, meios de alavancar seu crescimento, complementando as funções do FMI ou do Banco Mundial, órgãos considerados, pelos BRICS, excessivamente controlados por Europa e Estados Unidos (Agencia EFE, 27/03.2013). Na Declaração Oficial da V Cúpula dos BRICS, os líderes do bloco respaldaram a criação de um banco de desenvolvimento nesses moldes com o argumento de que o financiamento a longo prazo e o investimento estrangeiro direto atualmente são insuficientes para promover o desenvolvimento dos países mais pobres.

Nas últimas décadas, os BRICS acumularam grandes reservas cambiais, revertendo um padrão histórico em que eram os países do Norte a controlar os excedentes financeiros internacionais. A canalização de tais fundos para as instituições de Bretton Woods, na forma de maiores cotas do FMI e do Banco Mundial para os BRICS, esbarra nos interesses das potências ocidentais, que não gostariam ver seu controle sobre tais instituições reduzido. Isto enseja a reestruturação da arquitetura financeira global, na medida em que se vê a China aumentando os empréstimos para a América Latina e a África, o Brasil financiando projetos de infra-estrutura na América do Sul, os acordos cambiais que a China firmou com a Rússia e com o Brasil, e a própria criação do banco aqui em discussão.

A concretização do projeto esbarra, no entanto, em dois obstáculos principais. O primeiro seria a questão do volume de participação de cada país nos fundos do banco, ou seja, se seriam proporcionais à economia de cada membro ou se em paridade — 20% de cada país. O segundo desafio é uma certa discordância quanto à estrutura administrativa do banco. Por isto, as negociações persistem.

A criação do Banco BRICS não é um projeto de superação do sistema capitalista mundial. Ao enfatizar o financiamento da infra-estrutura e o crescimento econômico, o banco subscreveria os princípios capitalistas. No entanto, o projeto pode apontar para um capitalismo menos hierárquico, mais plural, e mais voltado para a economia real do que para as finanças. O paradoxo é que, ao desafiar a hierarquia centro-periferia que historicamente caracteriza o sistema capitalista mundial, o Banco BRICS pode ser uma semente para um sistema mundial pós-capitalista, nos moldes do que Giovanni Arrighi (2007) chamou de “sociedade mundial de mercado”, ainda que esta não seja a intenção de seus criadores.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. 2007. *Adam Smith in Beijing*. London: Verso.

ITAMARATY. 2013. “V Cúpula dos BRICS. – Durban, 27 de março de 2013” (nota à imprensa). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013>. Acesso em: 18/06/2013.

BBC. 27/03/2013. “Brics nations discuss development bank”. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/business-21951160>. Acesso em: 18/06/2013

AGENCIA EFE. 27/03/2013. “BRICS anunciam criação de banco de desenvolvimento próprio”. Disponível em:

<http://m.g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/brics-anunciam-criacao-de-banco-de-desenvolvimento-proprio-2.html>. Acesso em: 18/06/2013

WATSON, Noshua, YOUNIS, Mousab, e SPRATT, Stephen. 2013. “*What next for the BRICS Bank?*”. *IDS Rapid Response Briefing n. 3, Maio de 2013*. Disponível em: <http://www.ids.ac.uk/files/dmfile/rapid3.pdf>. Acesso em: 18/06/2013



# A Questão Indígena: marcha e contra-marcha

*Francisco Gelinski Neto<sup>11</sup>*

## 1. Introdução

Desde o mês de abril de 2013 os problemas inerentes à questão indígena se intensificaram com mobilização de indígenas e de agricultores, inclusive no Congresso Nacional. São reações pró e contra as demarcações de terras. Estas cada vez mais recortam o território nacional extinguindo terras produtivas e excluindo produtores para criação de reservas de baixa ou nula produtividade. A criação de reservas de todo o tipo reduzem persistentemente as áreas produtivas no Brasil comprometendo a contribuição do país ao aumento de oferta de alimentos. Além disto, duas novas regulamentações acirram os ânimos. A exigência dos agricultores e da frente parlamentar da agricultura é a retomada da portaria 303 de 2012 da Advocacia Geral da União (AGU) e a luta pela aprovação da PEC 215. A primeira autorizaria o governo a construir rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica e instalações militares dentro das reservas indígenas. Isto deveria ser factível uma vez que as reservas fazem parte do território brasileiro ou não? A segunda, retiraria da FUNAI a exclusividade na demarcação de terras indígenas. Esta estaria agindo viesadamente em prejuízo da produção agrícola brasileira com ações que beiram a suspeição<sup>12</sup>. Segundo Valdir Colatto, coordenador da Frente Parlamentar da agricultura, a Funai estaria fabricando áreas indígenas e falsificando índios para ocupá-las. Vão nesse sentido as denúncias de “importações de índios” de países vizinhos. É o caso da ocupação do Morro dos Cavalos, próximo a Florianópolis, fato denunciado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina no início de 2013. Dessa forma a Funai estaria beneficiando povos indígenas de outros países em detrimento de agricultores brasileiros.

Para eliminar isso, a demarcação deveria ser mediada pelo Congresso Nacional que é a casa de todo povo brasileiro. Talvez dessa forma se evitasse casos iguais aos da Reserva Raposa Serra do Sol que é um exemplo de fracasso da atual política de formação de reservas no Brasil. Ela criou um enorme problema social ao Estado de Roraima com redução de 5% do PIB. As perdas econômicas ocorreram devido

---

<sup>11</sup> UFSC/CSE/ Departamento de Economia e Relações Internacionais  
f.gelinski@ufsc.br

<sup>12</sup> Ver o caso da pretendida Reserva de Mato Preto no Rio Grande do Sul (RANGEL, 2013).

redução na produção de arroz e também pela formação de favelas no entorno de Boa Vista com o deslocamento de índios que antes trabalhavam para os arroteiros. Os produtores foram empobrecidos pelo confisco de suas terras ao não receberem nenhum centavo por elas. Deve-se recordar que a mesma Constituição Federal que facilitou a criação de reservas indígenas, também fortaleceu a noção da necessidade do cumprimento de função social da propriedade agrícola. Independentemente do tamanho, a área deve produzir (grãos, animais, fibras, agro energéticos) e respeitar as normas ambientais e gerar empregos, assim estará cumprindo a sua função social. Caso isso aconteça, torna-se indefensável a substituição de não indígenas por indígenas, por que os primeiros normalmente serão vilipendiados em seus direitos, como se sabe largamente. Além disso, acontece a substituição de quem produz na terra por aventureiros que quase nunca dão a contribuição que o país esperava, descumprindo assim a função social da terra. Além disto, as etnias indígenas já ocupam 13% do território embora sejam apenas 0,5% da população do Brasil.

Este ensaio comenta os recuos do governo na questão indígena, descreve a percepção de alguns jovens sobre a questão indígena e a falta de solução satisfatória para os problemas dos indígenas e dos agricultores expulsos das terras.

## **2) O movimento pendular do governo**

Toda vez que há conflito com indígenas ou a ameaça de ocorrerem o governo retrocede. Exemplos recentes comprovam isso, como os casos da ocupação do canteiro de obras da usina de Belo Monte e de propriedades rurais em descumprimento a liminares no Mato Grosso. Em todas as situações o governo voltou a trás. Dessa forma os indígenas vão ganhar sempre, pois, basta um pouco de pressão e ameaças e o governo cede. Será que o governo está retrocedendo novamente? No dia 11 de julho no programa Globo Rural o Ministro da Justiça acenou com manutenção de esquema de demarcação de terras em mãos da FUNAI e com a extinção da PEC 215 depois de pressões de representantes indígenas.

Nessa toada os conflitos vão se ampliando como foi o caso de áreas invadidas no Rio Grande do Sul no mês de Julho e no Sul da Bahia no mês de agosto, além das habituais invasões em terras do Mato Grosso. O programa Globo Rural mostrou as depredações durante as invasões para intimidar os moradores das áreas pretendidas ao confisco.

Afinal a quem compete a luta pela integridade do território nacional? Apenas aos agricultores e seus representantes ou esta é uma questão que interessa a todos? Obviamente a limitada disponibilidade de terras agricultáveis no mundo e a

possibilidade de interveniência externa em áreas de reservas interessam a todos nós. A hora de rever injustiças e limitar sanhas bucanieras é agora. A Diretoria de Proteção Territorial DPT/FUNAI, deveria olhar o território nacional com visão estratégica de integralidade econômica e social e não de modo parcial, que prejudica muitos para beneficiar poucos. Além disso, o prazo de criação de reservas teria vencido em 1994. A condicionante para estabelecer reservas era que os indígenas estivessem vivendo nas áreas reivindicadas quando foi promulgada a constituição de 1988. Fora esse prazo novas demarcações seriam ilegais. Isto é importante, pois o país já possui 672 terras indígenas e ainda estariam em estudo 115 com tamanho ainda não definido.

**Em Santa Catarina** muitos estão em polvorosa devido apressão para formação de reservas estimadas em 40 mil hectares que prejudicarão 4 mil agricultores. Os municípios visados são: Saudades, Abelardo Luz, Ipuacu, Cunha Porã, Chapecó, Seara, Araçá, Paial, Araquari, Palhoça e Vitor Meireles (MANIFESTAÇÕES.. 2013).

O Projeto de Lei Complementar 227/2012 que pretendia corrigir as injustiças do atual modelo de demarcações pode virar pó. Pois segundo o Ministro da Justiça, será discutida numa mesa de negociações com representantes indígenas. Com certeza o documento será reformatado pró indígena e prejudicial aos não índios e ao Brasil como um todo. Isso afetará o crescimento e desenvolvimento econômico dadas as travas e impedimentos que daí surgirão.

### **3) Percepções de jovens sobre a questão indígena**

Os alunos do ensino a distância de economia da UFSC, ao analisar a questão agrária em seus municípios, descreveram espontaneamente a questão indígena como um complicador regional por interferir radicalmente na distribuição da terra. Isso teria afetado a produção econômica e o desenvolvimento social dessas regiões. Ver quadro.

Aluno A: A situação agrária em Roraima está ligada a um problema humano e político de escassez de terra para os produtores rurais, pois existem muitas terras, mas a maioria pertence aos indígenas, com isto até mesmo os pequenos produtores são afetados. Aluno B: Na minha região existiam 9 produtores de arroz que produziam para atender o mercado de Boa Vista, Manaus, Acre e Belém com uma extensa área de produção, mas devido a transformação pelo governo das áreas em reservas indígenas o agronegócio roraimense na produção do arroz foi praticamente aniquilado, pois a produção do Estado que era capaz de suprir suas necessidades e enviar para outros resume-se agora a uma pequena produção que não é mais capaz de suprir nem o mercado estadual. A produção agrícola de Roraima agora se resume à produção de banana por pequenos produtores com pouco efeito no desenvolvimento econômico regional. Aluno C: A situação de Roraima é bastante complicada, pois, é cheia de reservas indígenas. A principal fonte de recursos agrícolas era o arroz que foi extinto pois, os agricultores foram retirados e alguns foram realocados em áreas impróprias ao cultivo. Aluno D: da região sul do Brasil – Tapejara RS – O que se observa aqui são terras relacionadas à demarcação de terras indígenas, inclusive no meu município há uma reserva e onde eu moro também é uma área reivindicada pelos índios. Não sou contra as suas reivindicações, apenas acho que não se pode tirar da terra quem, como no caso de minha família, há mais de 100 anos tem escriturada a terra e pagou por ela, e que usa sua área de 10 hectares para produzir alimentos, na realidade, digo no meu município as melhores terras são dos índios, mais de 50% da área cultivável, e os índios não plantam quase nada, apenas querem as terras para arrendarem a grandes produtores brancos, por isso acho injusto tirar o pequeno produtor que depende da terra para sobreviver, produzir alimentos tão necessários para a nossa subsistência e que na maioria das vezes não tem reconhecidos os seus direitos e sua importância.

Em Santa Catarina, um morador da comunidade Sede Trentim e hoje nomeada Toldo Ximbandue (Município de Chapecó) descreveu a trágica transformação da área em reserva indígena. As 100 famílias de colonos que moravam e produziam naquela área (1000 hectares) foram expulsos sem receberem nada por suas terras. Hoje moram em porões e pequenas casas alugadas em Chapecó, e estão na pobreza, quando anteriormente eram pequenos produtores eficientes. A reserva é escassamente povoada e tem servido para esconderijo de meliantes que lá escondem carros e motos roubados. A polícia militar não pode entrar e somente a polícia federal poderia fazê-lo. Não tem produção alguma na área. Outros colonos com certeza terão o mesmo destino trágico descrito acima, se continuar a política equivocada de confisco.

#### **4) Injustiça histórica**

O governo brasileiro estimulou largamente a imigração de europeus (alemães, italianos, poloneses, russos e outros) entre 1822 a 1932 destinando-os para os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram atraídos quatro milhões e quinhentas mil pessoas até 1932. Teixeira e Totini (1987) afirmaram que “de um modo geral as colônias formadas ficaram abandonadas à própria sorte, pois,

se localizavam em áreas de solos pouco férteis e de difícil acesso, o que dificultava o acesso aos eventuais mercados” (p.97). Ora, depois de mais de 150 anos o governo federal confisca a terra dos brasileiros descendentes, que com muita dificuldade tornaram as áreas produtivas, mostrando a face mais cruel e injusta do poder. *Injusto é o indivíduo que toma aquilo mais do que lhe é devido, o indivíduo não equitativo.*(Aristóteles, *Ética a Nicômano*)

Será que a injustiça do confisco de terras será resolvida pelo governo? Em 7 de junho afirmava-se que o governo estudava isto. Posteriormente, o ministro da justiça voltou atrás garantindo pagamento apenas para os agricultores da região de Sidrolândia em Mato Grosso do Sul.

## **5) Para não concluir**

O problema todo começa com o reconhecimento de uma área como território tradicional indígena, o que é amplamente estimulado pela FUNAI e seus associados. Os laudos antropológicos identificam uma área e nunca conseguem ser derrubados por contestações que tem até 90 dias para serem feitas. Devido a isso os ocupantes não índios perdem qualquer direito<sup>13</sup> de propriedade sobre a área na qual residem e produzem, independentemente de seus antepassados terem sido estimulados pelo estado. Assim, sob o amparo constitucional, o Governo Federal expulsa os moradores das áreas demarcadas somente pagando a eles as benfeitorias, ou seja, suas casas e barracões. Todo o custo de tornar a terra produtiva e os custos sociais e mesmo o valor da terra não são ressarcidos aos moradores quer sejam pequenos, médios ou grandes produtores. Ou seja, é tornada nula a ocupação, a posse e o domínio daquela área.

É chegada a hora de o governo dizer claramente às lideranças indígenas que a farra das demarcações acabou. É hora do equilíbrio e soluções que atendam ao desenvolvimento econômico do país e de todos os seus habitantes independentemente de pressões de bispos da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ou de outra instituição qualquer. Para saber mais sobre os interesses por trás das movimentações recentes sugere-se a leitura do livro *Quem Manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil* referenciado na bibliografia.

Novas demarcações somente com um plano de desenvolvimento econômico e social para a área e com o pagamento das terras aos antigos produtores, bem como a realocação dos mesmos em outras áreas adquiridas pelo governo. Não à extinção de vilas para realocação de populações indígenas. Não a demarcação de áreas gigantescas e contínuas. Chega de doações improdutivas, a própria presidenta Dilma

---

<sup>13</sup> Ver artigo 231 da Constituição Federal, parágrafo 6º.

mostrou preocupação com a baixa produtividade de certos assentamentos. Se quer produtividade, não se deve sub utilizar recursos de produção de alimentos e de energia.

Portanto, cabe ao governo e aos promotores e incentivadores das referidas transferências providenciarem os projetos e aportes necessários a uma utilização produtiva da área. Além disso, devem salvar os índios que tem elevada taxa de mortalidade neonatal além de elevadíssima incidência de tuberculose e suicídios entre jovens. (RANGEL, 2013). Ou seja, se deve traçar novas políticas de inclusão e assistência. Basta de omissão.

## REFERÊNCIAS

MANIFESTAÇÕES contra demarcações de terras indígenas. *AgriculturaSC*. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SC. Florianópolis, 2013, p.6-7.

Aristóteles. *Ética a Nicômano*. Bauru, SP: 2009, Edipro.

RANGEL, Carolina. Abandonados, usados e, agora, furiosos. *Veja*. São Paulo, p.80 – 81. 12 de junho 2013.

TEIXEIRA, Francisco M.P. e TOTINI, Maria Elizabeth. *História Econômica e Administrativa do Brasil*. Ática, São Paulo, 1989.

CARRASCO Lorenzo, Silvia PALACIOS. *Quem Manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil*. Capax Dei. Rio de Janeiro, 2013.

.....

## **Este boletim é uma publicação do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.**

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail [depcnm@cse.ufsc.br](mailto:depcnm@cse.ufsc.br). Disponível também na homepage [www.cnm.ufsc.br](http://www.cnm.ufsc.br)

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Francisco Gelisnki Neto (coord.editorial), Hoyêdo Nunes Lins João R. Sanson e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos*

Apoio: *Departamento de Economia e Relações Internacionais*

### **Normas para Formatação do Boletim:**

<b>Item</b>	<b>Tipo de Fonte</b>	<b>Tamanho da Fonte</b>
<b>Título do artigo</b>	<b>Arial, Negrito</b>	<b>16</b>
<b>Nome do autor</b>	<b>Times New Roman, Itálico</b>	<b>14</b>
<b>Instituição do autor</b>	<b>Times New Roman</b>	<b>12</b>
<b>Texto</b>	<b>Times New Roman</b>	<b>14</b>
<b>Sub-Títulos</b>	<b>Times New Roman, Negrito</b>	<b>14</b>
<b>Bibliografias e cit. longas</b>	<b>Times New Roman</b>	<b>12</b>

<b>Tamanho e margens da página:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- A<sup>4</sup></li><li>- 2 cm nas margens</li><li>2,5 cm nas margens: superior e inferior</li><li>- Espaço simples entre linhas</li></ul>	<b>Nº de páginas:</b>  <b><u>No máximo 04</u></b>
--	---